

Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU

Brasília, 8 a 12 de novembro de 2021 – Nº 441

[Ministro Luiz Fux restabelece decisão que proibiu mineração no entorno de terra indígena em RO](#)

[Supremo declara inconstitucional exigência de inscrição de defensor público na OAB](#)

[Presidente do STJ afirma que tribunal está alinhado com o CNJ para fortalecer conciliação](#)

[Sexta Turma reafirma que manifestação do MP pela absolvição não impede a Justiça de condenar o réu](#)

[Jurisprudência em Teses traz novos entendimentos em direito penal no contexto da pandemia](#)

[Humberto Martins diz que digitalização permitiu à Justiça manter produtividade na pandemia](#)

[Revertida decisão que permitia a município do Paraná receber diferenças do FPM por erro em censo](#)

[Para Sexta Turma, desvio de finalidade no uso de recursos do Finor configura crime financeiro](#)

[Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgados sobre competência delegada e contestação de busca e apreensão](#)

[STJ ultrapassa 1,16 milhão de decisões proferidas desde o início do trabalho remoto](#)

[CNJ disponibiliza webinários do “Programa de Formação para Integração e Desenvolvimento da PDPJ-Br” no YouTube](#)

[5ª edição do “Workshop Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais” é encerrada com aprovação de nove enunciados](#)

[Nova edição do podcast “Conversas sobre a controvérsia” apresenta o Tema 260 da TNU](#)

[Sessões do CJF voltarão à modalidade presencial a partir de fevereiro de 2022](#)

Informativo STF - Nº 1036

Indicações literárias

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)